

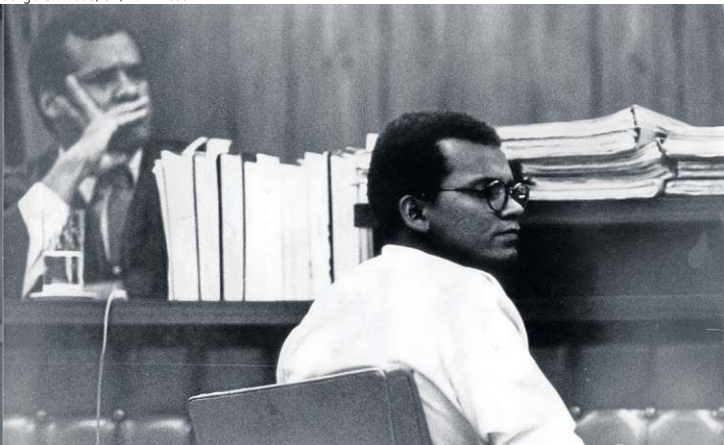
LUTO NA JUSTIÇA DO DF

Breno Fortes/CB/D.A Press



Caso Maria Claudia Siqueira Del'Isola, morta em 2004, julgado em 2007

Jorge Cardoso/CB/D.A Press



Caso Mario Eugenio, jornalista assassinado em novembro de 1984

Ed Alves/CB



Crime da 113 Sul: julgamento de Adriana Villela em 2019

O brilhantismo de Maurício Miranda

Magistrado de 60 anos sentiu-se mal logo após festas de fim de ano e faleceu na madrugada de ontem. Autoridades lamentam perda do jurista que atuou nos tribunais em casos emblemáticos do DF. Velório será hoje

» ANA MARIA CAMPOS

Morreu na madrugada de ontem, aos 60 anos, o desembargador Maurício Silva Miranda, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). A suspeita da causa inicial do quadro que levou à falência dos órgãos é dengue ou leptospirose, mas ainda não há um diagnóstico oficial.

Maurício começou a se sentir mal depois do Natal, em Goiânia, onde passava as festas de fim de ano com a família. O quadro foi se agravando e, no primeiro dia do ano, ele deu entrada no Hospital Jacob Facuri, com febre e fortes dores nas pernas. Foi encaminhado à Unidade de Terapia Intensiva, inconsistente, onde recebeu tratamento, mas o quadro se agravou e o magistrado faleceu à meia-noite de ontem.

De acordo com o atestado de óbito, a causa da morte foi insuficiência respiratória aguda, associada à pneumonia bacteriana não especificada e hepatite transinfeciosa. O velório será hoje, a partir de 8h30, na Capela 1, do Cemitério Campo da Esperança. O enterro será às 11h.

Mauricio Silva Miranda tornou-se desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) em maio de 2023, nomeado pelo presidente Lula para o quinto constitucional do Ministério Público. Mas será lembrado e reverenciado por sua atuação como promotor do Tribunal do Júri.

No TJDFT, o magistrado começava a construir sua trajetória na 7ª Turma Cível e na 1ª Câmara Cível. No Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), onde esteve por mais de 30 anos, já havia sido promovido a procurador de Justiça quando vestiu a toga. Como promotor, no júri, ele fez história. Participou dos julgamentos de maior repercussão nas últimas décadas que marcaram Brasília.

Ao longo de sua carreira, atuou em mais de mil sessões do Tribunal do Júri de Brasília e recebeu o título de “o rei do júri”. Tinha uma excelente oratória e, acima de tudo, despertava a empatia dos jurados. Falava com simplicidade e defendia seu ponto de vista com firmeza. “Ele tinha uma linguagem muito direta e isso fazia com que se conectasse facilmente com o jurado”, conta o promotor Daniel Bernoulli, que também atua no júri.

Além disso, Maurício Miranda estudava minuciosamente os processos. Sabia cada vírgula de cada lauda, descreve Bernoulli. “A inquirição de testemunhas e interrogatório dos acusados também eram uma especialidade dele. Ninguém fazia como ele”, acrescenta.

“Era do bem”

Se tem uma característica que todos que o conheceram repetem é: “Maurício era do bem”. Filho de agricultores, ele teve uma origem simples. Foi o primeiro da família a se graduar e alcançar o diploma de nível superior.

Minervino Junior/CB



Como promotor de Justiça, Maurício Miranda era considerado “o rei do júri”

Nascido em Brasília, ele estudou em escolas públicas e depois foi para o Colégio Marista, incentivado pela família, para abrir oportunidades de crescimento. Ele não desperdiçou. Aos 16 anos, ingressou na Universidade de Brasília (UnB) para estudar direito e na UDF para cursar economia. Era mestre em direito pela Uni-

versidade Católica de Brasília (UCB). Ingressou na carreira de promotor de Justiça do MPDFT em 1991. Antes, exerceu o mesmo cargo no Ministério Público de Goiás (MPGO). Foi professor de direito penal por mais de 15 anos. Seu primeiro emprego foi como funcionário do BRB.

No MPDFT, atuou no Júri de Ta-

guatinga (1991 até 1994), de Brasília (de 1994 até 2017), na Promotoria de Justiça Criminal de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde (Pró-Vida), de 2017 até 2019, na 12ª Procuradoria de Justiça Cível do MPDFT, no Conselho Superior e na 1ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Em recente entrevista ao desem-

bargador Roberval Belinati, primeiro vice-presidente do TJDFT, no Programa História Oral, Maurício Miranda falou sobre o legado que esperava deixar. Seu desejo era concluir sua trajetória com a seguinte certeza: “Fiz o que pude e fiz bem-feito”.

Em nota, Belinati falou sobre o colega de magistratura: “Reconhecido como um dos maiores expoentes do Tribunal do Júri no Distrito Federal, eu o considerava o ‘rei do júri’, notabilizado como um grande tribuno, de sólida formação acadêmica, rigor técnico e inabalável compromisso com a Justiça. No TJDFT, exerceu a magistratura com independência, equilíbrio e elevada sensibilidade social. Foi um defensor incansável da sociedade e dos valores fundamentais do Estado Democrático de Direito”.

Além da atuação como promotor, Maurício Miranda teve um trabalho de destaque na esfera classista. Ele presidiu a Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT). Ontem a diretoria da entidade também divulgou uma nota de pesar: “A AMPDFT ressalta que o Dr. Mauricio presidiu a Associação nos biênios 1997/1999 e 1999/2001, período em que se destacou como incansável defensor do Ministério Público e dos direitos e prerrogativas de seus Membros, deixando relevante legado institucional e humano”. Maurício Miranda completaria 61 anos em março. Ele deixa esposa, a advogada Andreia Miranda, e duas filhas, Rafaela e Marcela, ambas formadas em medicina.

Capital lamenta perda

O governador Ibaneis Rocha (MDB) se manifestou sobre a morte do desembargador Maurício Miranda: “Era um excelente profissional do direito. Dedicou sua vida ao Ministério Público e, mais recentemente, ao TJDFT. Uma grande perda”.

Para a vice-governadora Celine Leão (PP), Miranda era “um jurista de referência”.

A divulgação da morte de Maurício Miranda causou uma comoção entre magistrados e promotores de Justiça. O promotor Marcelo Leite, amigo de Miranda e parceiro em muitos júris, afirmou com tristeza: “Maurício pra mim foi inspiração. Exemplo de lucidez, honestidade e coragem. Lutamos juntos muitos anos contra a morte e a impunidade. Hoje vejo que sua melhor qualidade foi a de ser aquele amigo de todas as horas”.

“Muita tristeza”, disse o desembargador Leonardo Bessa, do TJDFT. Os dois eram amigos desde os tempos do MPDFT, onde Bessa também atuou como

promotor de Justiça e procurador-geral de Justiça.

A promotora de Justiça Fabiana Costa, ex-procuradora-geral de Justiça, afirmou ao **Correio**: “Maurício Miranda deixou um grande legado como profissional e como ser humano. O Ministério Público está em profundo luto”.

A delegada Mabel Corrêa, que trabalhou em vários casos de Miranda, manteve um relacionamento profissional de respeito e admiração pelo promotor e desembargador. “Ele era uma pessoa simples, extremamente inteligente, sério, brilhante nos júris. Em momentos muito complexos, em que me senti sozinha na minha instituição, eu tive o apoio do Ministério Público e do Judiciário na pessoa dele para restabelecer a verdade dos fatos”, afirmou Mabel.

O procurador de Justiça Chico Leite, amigo de Miranda, está muito emocionado. “Eu estou dilacerado. Um amigo leal, um profissional comprometido com as suas causas, um colega afetuosos e sempre presente”, disse.

O conselheiro Paulo Tadeu, do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), postou uma mensagem emocionante nas redes sociais: “Estou profundamente impactado com o falecimento do nosso amigo Maurício Miranda. A finitude da vida se impõe de forma dura e real”.

Em nota, o MPDFT manifestou profundo pesar pelo falecimento. “Ao longo de sua trajetória, Maurício Silva Miranda destacou-se pela dedicação ao serviço público, pelo compromisso com a Justiça e pela conduta íntegra no exercício das funções institucionais”, diz o texto.

A OAB-DF também se pronunciou. “Sua trajetória foi marcada pelo compromisso com a Justiça e pela atuação firme na defesa do interesse público. Maurício Miranda construiu uma carreira respeitada no meio jurídico do Distrito Federal e do país”.

O TJDFT, por meio do presidente, desembargador Waldir Leônico, também lamentou profundamente a morte do magistrado. (AMC)

Presença marcante no Tribunal

» João Cláudio Leal

A morte do estudante universitário João Cláudio Cardoso Leal, 20, na madrugada de 9 de agosto de 2000 agredido na saída de uma boate, na Asa Sul, comoveu Brasília. O jovem e um amigo foram espancados porque João Cláudio fez um comentário sobre uma garota que estava acompanhada. O namorado, Marcelo Gustavo Soares, foi condenado a 12 anos de reclusão pela participação no homicídio qualificado. José Quirino Alves Júnior foi condenado a oito anos de reclusão pelo mesmo crime.

» Maria Claudia Del'Isola

A morte da jovem Maria Claudia Del'Isola chocou o país pela crueldade. Ela foi estuprada, torturada, assassinada e teve o corpo enterrado dentro da própria casa. No júri, Bernardino do Espírito Santo Filho (ex-caseiro, foi condenado a 65 anos de reclusão por homicídio triplamente qualificado, estupro, atentado violento ao pudor, ocultação de cadáver e furto qualificado. Adriana de Jesus Santos (ex-empregada doméstica e comparsa) teve pena no júri de 58 anos de reclusão pelos mesmos crimes.

» Crime da 113 Sul

O julgamento da arquiteta Adriana Villela, denunciada pelo triplo homicídio que ficou conhecido como “Crime da 113 Sul” foi o último júri de Maurício Miranda antes de se tornar desembargador. Adriana foi condenada em 2019

pelo Tribunal do Júri a 67 anos e seis meses de prisão por ser supostamente a mandante dos assassinatos. A pena chegou a ser reduzida pelo Tribunal de Justiça do DF para 61 anos e três meses de reclusão e recentemente o julgamento foi anulado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

» Caso Galdino

O indígena Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo em Brasília quando dormia e uma parada de ônibus na Asa Sul, em abril de 1997, marcou a história de Brasília. Quatro dos autores adultos (Max Rogério Alves, Tomás Oliveira de Almeida, Eron Chaves de Oliveira e Antônio Novelly Villanova) foram condenados em 2001 pelo Tribunal do Júri a 14 anos de prisão cada um pelo homicídio doloso triplamente qualificado.

» Mário Eugênio

Ainda jovem na carreira, Maurício Miranda atuou com destaque no júri do policial civil Divino José de Matos, conhecido como Divino 45, apontado como responsável pelos disparos que mataram o jornalista Mário Eugênio, em novembro de 1984. À época do crime, Miranda era um estudante de direito de 19 anos. No júri, ocorrido em 2021, era um brilhante promotor. Divino 45 foi julgado pelo Tribunal do Júri e condenado a 18 anos de prisão. Maurício Miranda disse à época: “Um júri é sempre importante, mas um caso assim traz muitas responsabilidades”.